Esporte como Direito Social: Uma Análise da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte em Minas Gerais

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Bianca Jordany Fernandes Colombini

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O financiamento de políticas públicas esportivas no Brasil tem se estruturado por mecanismos de renúncia fiscal, que permitem a participação do setor privado na execução de projetos sociais. Em Minas Gerais, destacam-se o ICMS Esportivo e a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte (LIE/MG), ambos voltados para ampliar o acesso da população ao esporte e ao lazer. Enquanto o ICMS Esportivo constitui um critério de partilha de receita tributária entre municípios, a LIE/MG possibilita que empresas destinem parte do ICMS devido a projetos esportivos previamente aprovados pelo Estado. Esses instrumentos têm relevância por concretizarem o esporte como direito social previsto na Constituição de 1988, mas sua efetividade ainda enfrenta limites relacionados à concentração de recursos, dependência do setor privado e restrições de acesso para públicos vulneráveis.

Objetivo

Este estudo visa analisar o papel da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte em Minas Gerais como mecanismo de fomento ao esporte, investigando a distribuição de recursos, a dependência financeira dos projetos em relação às empresas apoiadoras e os impactos sociais decorrentes do modelo de renúncia fiscal.

Material e Métodos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, com base em revisão bibliográfica, análise documental e estudos empíricos de dissertações e artigos científicos. Foram considerados os editais de seleção de projetos de 2013 a 2023, além da distribuição de recursos entre 2014 e 2019. Os trabalhos utilizados examinam tanto os dados oficiais da Secretaria de Estado de Esportes quanto os critérios de avaliação, execução e prestação de contas da LIE/MG.

Resultados e Discussão

Os resultados apontam que, embora a Lei de Incentivo tenha ampliado o volume de recursos destinados ao esporte em Minas Gerais, persistem desafios significativos. Estudos revelam forte concentração de investimentos em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e em projetos voltados para o esporte de rendimento, em detrimento de modalidades inclusivas ou voltadas a populações vulneráveis. Além disso, a dependência dos executores em relação às empresas apoiadoras é considerada “altíssima”, pois a maioria dos projetos conta com

apenas um patrocinador, o que ameaça sua sustentabilidade caso o apoio seja interrompido.

A análise dos editais demonstra fragilidade no direcionamento de critérios que garantam efetividade social, transferindo grande parte da responsabilidade aos executores e patrocinadores. Estudos recentes destacam que a concentração de recursos e a dificuldade de captação limitam o potencial democratizador da política, reforçando desigualdades regionais e de gênero. Em contrapartida, observa-se um avanço em termos de institucionalização e previsibilidade, já que o mecanismo está regulamentado em lei e possui editais periódicos, o que confere maior estabilidade jurídica.

Conclusão

A Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de Minas Gerais constitui um importante mecanismo de financiamento público-privado do esporte, mas sua efetividade social depende de ajustes estruturais. Para ampliar o acesso da população mineira ao direito ao esporte e ao lazer, é necessário reduzir a concentração de recursos, fortalecer a equidade territorial e de gênero, e diversificar as fontes de financiamento, de modo a diminuir a dependência exclusiva das empresas apoiadoras.

Referências

SANTANA, Thiago Souza. Análise da distribuição de recursos financeiros na Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de Minas Gerais. 2018.
DA SILVA, Bráulio Humberto; SILVA, Aline Galantinni. A Dependência Financeira dos Executores da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de Minas Gerais às Empresas Apoiadoras: um olhar sobre o mecanismo de incentivo ao esporte entre 2014 e 2019. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 30, n. 4, 2022.
DUMONT, Fernanda Moreira et al. Lei Estadual de Incentivo ao Esporte: os editais de seleção de projetos esportivos. 2024.